



CORPO-ESCRITA E INSURGÊNCIA: DEOLINDA RODRIGUES ENTRE A MEMÓRIA, A LUTA E A DENÚNCIA DA ESTÉTICA COLONIAL

*BODY-WRITING AND INSURGENCY: DEOLINDA RODRIGUES BETWEEN
MEMORY, STRUGGLE, AND THE DENUNCIATION OF COLONIAL AESTHETICS*

*CUERPO-ESCRITURA E INSURGENCIA: DEOLINDA RODRIGUES ENTRE LA
MEMORIA, LA LUCHA Y LA DENUNCIA DE LA ESTÉTICA COLONIAL*

Roberta Maria Ferreira Alves

Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri
roberta.alves@ufvjm.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-3187-7553>

Manuela Luiza de Souza

Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri
manuela.souza@ufvjm.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-2549-265X>

DOI

10.35520/mulemba.2025.v17n33e69147

Recebido: 18 ago. 2025

Aprovado: 15 jan. 2026



A Mulemba adota a licença Creative Commons
Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC-BY-NC).

RESUMO

Este artigo examina os escritos de Deolinda Rodrigues, militante do MPLA, com base nas obras *Cartas de Langidila e outros documentos* (2003a) e *Diário de um exílio sem regresso* (2003b), situando-os como expressões literárias e políticas de resistência ao colonialismo português e à dominação patriarcal. A escrita de Rodrigues articula dimensões íntimas e coletivas, revelando processos de subjetivação que desafiam os paradigmas ocidentais de representação da mulher africana. Em cenários marcados pelo exílio e pelo conflito armado, sua produção mobiliza afetos, espiritualidade e crítica como estratégias de insurgência. Ao tensionar as fronteiras entre literatura e testemunho, entre o pessoal e o político, a autora reinscreve a mulher negra como agente da história angolana. Fundamentado em reflexões como as de Oyèrónké Oyèwùmí (1997), bell hooks (2019) e Achille Mbembe (2018), o estudo demonstra como o corpo-escrita de Deolinda se constitui como espaço de memória e ruptura, inscrevendo uma subjetividade negra feminina que resiste ao apagamento e reivindica o vivido como matéria de elaboração estética e intervenção política. Sua obra, assim, contribui para a descolonização dos saberes e para a valorização da literatura produzida por mulheres africanas.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência, subjetividade, anticolonialismo, corpo-escrita, insurgência.

ABSTRACT

*This article examines the writings of Deolinda Rodrigues, a militant of the MPLA, based on the works *Cartas de Langidila e outros documentos* (2003a) and *Diário de um exílio sem regresso* (2003b), situating them as literary and political expressions of resistance to Portuguese colonialism and patriarchal domination. Rodrigues's writing interweaves intimate and collective dimensions, revealing processes of subjectivation that challenge Western paradigms of representation of African women. In contexts marked by exile and armed conflict, her work mobilizes affect and critique as strategies of insurgency. By blurring the boundaries between literature and testimony, the personal and the political, the author reinscribes Black women as agents of Angolan history. Grounded in reflections by Oyèrónké Oyèwùmí (1997), bell hooks (2019), and Achille Mbembe (2018), the study demonstrates how Deolinda's body-writing constitutes a space of memory and rupture, inscribing a Black female subjectivity that resists erasure and reclaims lived experience as material for aesthetic elaboration and political intervention. Her work thus contributes to the decolonization of knowledge and the recognition of literature produced by African women.*

KEYWORDS: Resistance, subjectivity, anticolonialism, body-writing, insurgency.

RESUMEN

*Este artículo examina los escritos de Deolinda Rodrigues, militante del MPLA, a partir de las obras *Cartas de Langidila e outros documentos* (2003a) y *Diário de um exílio sem regresso* (2003b),*

situándolos como expresiones literarias y políticas de resistencia al colonialismo portugués y a la dominación patriarcal. La escritura de Rodrigues articula dimensiones íntimas y colectivas, revelando procesos de subjetivación que desafían los paradigmas occidentales de representación de las mujeres africanas. En contextos marcados por el exilio y el conflicto armado, su producción moviliza afectos y crítica como estrategias de insurgencia. Al tensar las fronteras entre literatura y testimonio, entre lo personal y lo político, la autora reinscribe a la mujer negra como agente de la historia angoleña. Basado en reflexiones de Oyèrónké Oyěwùmi (1997), bell hooks (2019) y Achille Mbembe (2018), el estudio demuestra cómo el cuerpo-escritura de Deolinda se constituye como un espacio de memoria y ruptura, inscribiendo una subjetividad femenina negra que resiste al borramiento y reivindica la experiencia vivida como materia de elaboración estética e intervención política. Su obra, así, contribuye a la descolonización del saber y a la valorización de la literatura producida por mujeres africanas.

PALABRAS CLAVE: Deolinda Rodrigues, cuerpo-escritura, género colonial, autobiografía, memoria insurgente.



Introdução

A escrita feminina africana que vivenciou o colonialismo português configura-se como uma contranarrativa às tradições eurocêntricas da Historiografia e da Literatura, que ao longo do tempo silenciaram vozes femininas e racializadas. Nos textos de algumas dessas autoras, essa crítica não se dirige apenas ao machismo estrutural do projeto colonial, mas também às desigualdades de gênero presentes entre seus próprios companheiros de luta, revelando contradições internas aos movimentos de libertação. Essas escritoras elaboram uma reflexão crítica sobre suas experiências e contextos, ampliando o espaço para outras epistemologias historicamente excluídas pelo imperialismo europeu e pelo patriarcado, cujos efeitos atravessavam tanto o opressor quanto o interior das próprias frentes revolucionárias.

Deolinda Rodrigues explicita essa condição ao afirmar: “Não te esqueças nunca que és mulher / e que és negra” (Rodrigues, 2003a, p. 42), condensando uma consciência política que articula gênero, raça e colonialismo como eixos indissociáveis da experiência das mulheres na luta de libertação. Longe de um essencialismo identitário, o enunciado convoca uma memória política do corpo atravessado simultaneamente pela dominação colonial e pelo patriarcado angolano.

Embora enfrentem a lógica ocidental de representação, os textos de Rodrigues também expõem tensões internas às tradições africanas que silenciam ou limitam a atuação feminina, aproximando-se das críticas formuladas por autoras como Paula Tavares e Paulina Chiziane.

A advertência em seus versos evidencia as limitações que a oprimem e rompe com a narrativa heroica masculina da independência, ao afirmar que a emancipação nacional não assegura, por si só, a libertação feminina. Um gesto insurgente que centraliza a mulher como sujeito histórico e denuncia hierarquias de gênero no interior da luta anticolonial, configurando uma poética de lucidez política que antecipa debates do feminismo negro e da crítica decolonial.

Este artigo propõe uma análise concentrada nas estratégias discursivas por meio das quais a escrita epistolar e diarística articula uma experiência íntima, uma denúncia política e uma consciência de gênero, a partir da produção textual de Deolinda Rodrigues — militante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e figura emblemática da luta anticolonial — a partir das obras *Cartas de Langidila e outros documentos* (2003a) e *Diário de um exílio sem regresso* (2003b). Examinando-as como formas de inscrição literária e política de uma subjetividade feminina que confronta múltiplos regimes de opressão.

Contra o assujeitamento colonial e patriarcal, Rodrigues afirma: “A mulher deve ser política é o dizer das nossas meninas em Luanda. É quem dirá que não?” (Rodrigues, 2003a, p. 87). A enunciação traz implícita uma normatividade: pressupondo a existência de um modelo feminino obrigatório, funcionando, assim, como ruptura ao deslocá-la do espaço privado

para a esfera pública da ação e da palavra. Ao atribuir esse dizer “às nossas meninas em Luanda”, tensiona-se a noção de imaturidade feminina e reivindica-se uma consciência política precoce, forjada na experiência vivida. A pergunta retórica é um desafio direto às estruturas patriarcais — externas e internas — interditando a negação e afirmando o ser feminino, especialmente o negro, como sujeito histórico e político.

É a partir desse ato de insubordinação discursiva que se evidencia a potência literária da escrita de Rodrigues, frequentemente reduzida a leituras de cunho histórico ou biográfico. Tal enquadramento limita a compreensão de uma obra que demanda análises capazes de reconhecer sua dimensão estética, confessional e epistêmica, nas quais se articulam criticamente gênero, colonialismo e matrizes de conhecimento africanas. Nesse sentido, sua produção se afirma como literatura insurgente, ao confrontar modelos hegemônicos de representação e de produção do saber.

Investiga-se de que modo a escrita epistolar e diarística de Deolinda Rodrigues se configura como forma de resistência literária e política, ao inscrever uma subjetividade feminina negra insubmissa. Ao transitar entre o íntimo e o político, bem como entre o documento e a literatura, seus registros tensionam epistemologias vigentes e desafiam tanto o imperialismo português quanto as hierarquias patriarcais presentes no interior dos movimentos de libertação. A análise propõe compreender essas narrativas como espaços de elaboração crítica da experiência, nos quais memória, gênero e luta anticolonial se entrelaçam.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, articulando análise discursiva e temática às contribuições da crítica pós-colonial e dos estudos de gênero interseccionais. Embora o referencial de Oyèrónkè Oyěwùmí (1997) ofereça subsídios relevantes para compreender a construção colonial dessas questões, reconhece-se a diversidade etnocultural existente no continente e a impossibilidade de generalizações. Em contextos como o angolano, atravessado por tradições bantu, as cartas e o diário de Rodrigues despontam como uma “literatura do vivido”, capaz de denunciar tanto os enquadramentos coloniais quanto as assimetrias inscritas em determinadas práticas socioculturais, ampliando o alcance crítico e político.

Assim, a análise de uma escrita feminina africana exige reconhecer que os processos de luta anticolonial, embora pautados pela emancipação coletiva, não se constituíram como espaços homogêneos nem isentos de contradições. As narrativas produzidas por mulheres que viveram o colonialismo evidenciam que a violência imperial coexistia com conflitos internos às próprias estruturas nacionais e comunitárias, especialmente no que diz respeito às hierarquias de gênero. O registro não romantizado da luta pela independência angolana não oculta as tensões internas do movimento, inclusive no que se refere à posição feminina na sociedade e nos movimentos de libertação. Nas palavras de Rodrigues, na carta escrita em 30 de junho de 1964, afirma-se:

Disseram-me que não vou já pra Ghana porque sou mulher e o Barden não respeita senhoras. Esta discriminação só por causa do meu sexo, revoltai-me. Se me apanho fora deste MPLA erudito e masculino: não volto em breve. Oxalá as traduções não faltem pra chasser esta inactividade que me desespera (Rodrigues, 2003b, p. 57).

O excerto explicita a dupla opressão que atravessa a experiência da angolana na luta de libertação. Ao denunciar a interdição de sua ida a Ghana “porque sou mulher”, a enunciativa evidencia a persistência de hierarquias que contesta o discurso emancipatório do MPLA. A revolta assume, assim, a forma de consciência política, ao recusar a tutela dos companheiros que infantilizam e limitam a ação feminina. A formulação “MPLA erudito e masculino” sintetiza de modo crítico um poder letrado, elitizado e patriarcal, revelando que a emancipação nacional, para se efetivar plenamente, demanda a subversão de estruturas sexualmente construídas que reproduzem internamente a lógica colonial de dominação.

Especificamente, propõe-se: contextualizar a trajetória política e intelectual de Rodrigues no âmbito da luta de libertação de Angola e das relações hierárquicas no MPLA; examinar como tais categorias atravessam sua produção escrita; interpretar suas cartas e diário; e discutir de que modo funciona o tensionamento das fronteiras entre documento e literatura, entre testemunho pessoal e narrativa histórica.

O contexto histórico

A historiografia da luta de libertação angolana privilegiou, por longo tempo, a dimensão político-militar e as lideranças masculinas, marginalizando ou invisibilizando a participação feminina. Estudos mais recentes, como os de Heywood e Drake (2009), desconstruem esse paradigma ao evidenciar o protagonismo feminino tanto no combate quanto na organização política, revelando lacunas e silenciamentos persistentes nas narrativas históricas dominantes. É nesse contexto de produção e circulação dessas narrativas que se insere o próprio movimento de libertação, cujas estruturas e discursos também refletem tais assimetrias.

Fundado em 1956, em meio às lutas anticoloniais e à crise do colonialismo português, o MPLA surgiu como resposta angolana à segregação racial, à exploração econômica e à repressão do regime colonial (Birmingham, 2002, p. 45). Orientado por uma matriz marxista-leninista, o movimento articulou a emancipação nacional à promessa de transformação social, mobilizando intelectuais, trabalhadores urbanos e camponeses — ainda que, como indicam leituras críticas posteriores, essa articulação nem sempre tenha se traduzido em igualdade efetiva no interior do próprio movimento.

A eclosão da guerra de libertação em 1961, após a Revolta do 4 de fevereiro, deu início a uma campanha armada que durou mais de uma década. Sellström (2000) destaca que



[...] a resistência angolana contra o colonialismo português se caracterizou por uma guerra de guerrilha multifacetada, na qual o MPLA, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) disputavam não apenas o território, mas também o apoio de potências internacionais (Sellström, 2000, p. 112).

O conflito angolano é caracterizado como guerrilha multifacetada, envolvendo movimentos nacionalistas — MPLA, UNITA e FNLA — com projetos políticos divergentes e, por vezes, antagônicos, cuja disputa transcendeu o controle territorial e buscou legitimidade internacional no contexto da Guerra Fria (1947-1991). O envolvimento de potências externas, notadamente o apoio militar cubano ao MPLA, conferiu à luta anticolonial uma dimensão transnacional (Sellström, 2000, p. 112).

A guerra de libertação angolana articulou a insurgência anticolonial a disputas ideológicas globais, refletidas no MPLA como tensões entre demandas locais e alinhamentos internacionais. Nesse contexto, Heywood e Drake (2009, p. 177) destacam o papel fundamental das mulheres — como Deolinda Rodrigues e Maria Mambo Café — na luta armada, na organização política e no trabalho social, ao enfrentarem simultaneamente o colonialismo e o patriarcado. Ainda assim, a liderança feminina e a participação direta no combate, exemplificadas também por Irene Cohen, Engrácia dos Santos e Luciana Manuel Guterres, permaneceram em grande medida invisibilizadas nas narrativas oficiais e na historiografia.

Apesar do reconhecimento de sua importância, a participação feminina na luta foi marcada por ambiguidades, pois barreiras simbólicas e institucionais limitavam seu acesso aos espaços de decisão. Isso é expresso por Rodrigues no trecho a seguir, selecionado do poema “Inquirindo” (1968):

Carrasca de upistas
espia dos tuga
prostituta mulher metida em política
inquirindo o fim deste pesadelo
inquirindo
cada vez que soa o passo bruto
ronca o jeep militas
a corneta toca formatura geral
aqui estou etiquetada disso (Rodrigues, 2003b, p. 225).

Rodrigues, em seu poema, evidencia as múltiplas violências sofridas pelas camaradas na luta angolana, mostrando como termos como “carrasca de upistas”, “espia dos tuga” e



“prostituta mulher metida em política” funcionam como dispositivos de estigmatização e silenciamento, ao mesmo tempo em que denuncia a misoginia internalizada entre os camaradas, para quem “a mulher é só sexo, é parlapateira, é criança que não amadurece nunca” (Rodrigues, 2003b, p. 65).

As palavras da angolana evidenciam que essas agressões não vinham apenas do colonizador, mas também de setores nacionalistas — “upistas”, referência à União das Populações de Angola (UPA), antecessora da FNLA — mostrando que a militância feminina enfrentava simultaneamente misoginia e disputas político-ideológicas dentro da própria luta de libertação.

A repetição de “inquirindo” evoca a vigilância e o interrogatório constantes, enquanto imagens sonoras — “o passo bruto”, “o jeep”, “a corneta” — simbolizam o controle violento de corpos e mentes. Ao afirmar “aqui estou etiquetada disso”, Rodrigues denuncia essas marcações desumanizantes e as transforma em resistência política e discurso insurgente.

O fragmento transcende o testemunho pessoal ao se configurar como denúncia das opressões interseccionais presentes na luta anticolonial, reafirmando a centralidade das mulheres como protagonistas históricas, apesar de sua recorrente marginalização nas narrativas hegemônicas. Nesse sentido, Deolinda Rodrigues destaca-se por articular militância anticolonial e defesa dos direitos femininos, constituindo, segundo Pereira (2013), uma voz singular de resistência ao racismo, ao machismo e ao colonialismo. Sua trajetória evidencia que a independência implicava também a transformação das relações sociais internas, pauta assumida pelo MPLA, ainda que atravessada por tensões e desafios.

Fundado em sua orientação ideológica, o movimento de libertação angolano buscou, no período pós-independência, estruturar políticas sociais voltadas para avanços em educação, saúde e participação feminina na vida política, apesar dos desafios impostos pela guerra civil e pelas limitações econômicas. Nesse processo, a luta em Angola configurou-se como uma confluência entre resistência armada, mobilização popular e projeto de transformação social, marcada pelo protagonismo feminino na construção de uma nova identidade nacional. Ainda que frequentemente marginalizadas nas narrativas tradicionais, as mulheres desempenharam papéis fundamentais no MPLA como combatentes, estrategistas e líderes — para além do apoio logístico — ampliando o próprio conceito de resistência e lançando as bases para políticas de inclusão e igualdade de gênero no pós-independência.

A trajetória de Deolinda Rodrigues destacou-se pelo combate ao colonialismo português, à exploração e humilhação de seus conterrâneos, e pela crítica às limitações patriarcais internas ao movimento revolucionário, que restringiam a plena participação feminina (Pereira, 2013).

Reconhecer esses percursos evidencia que a luta transcendeu a guerra de libertação, constituindo um legado político e simbólico duradouro em Angola. Essas militantes representaram resistências complexas e, apesar de avanços, as promessas de igualdade de gênero no pós-independência permanecem amplamente não realizadas, tornando a memória um campo de disputa central para a reinterpretação crítica da história nacional.



A autora

Deolinda Rodrigues do Monteiro (1939-1967), militante anticolonial e intelectual, simboliza a luta das mulheres angolanas pela independência. Nascida em Golungo Alto, Cuanza Norte, em 10 de fevereiro de 1939, filha de Adão Francisco de Almeida, pastor e professor, e de Mariana Pedro Neto, também professora. Cresceu em família metodista e foi alfabetizada em português e kimbundu, formando a base ética e política que orientou seu engajamento juvenil em atividades pautadas por justiça e solidariedade. A guerra, entretanto, abalou essas convicções, levando-a a questionar: “E tu, Deus, que tens visto tudo isso, todo esse sofrimento, podes mesmo dormir? Ficas mesmo tranquilo?” (Rodrigues, 2003a, p. 59-60).

A indagação de Rodrigues a Deus evidencia o abalo das referências éticas, espirituais e existenciais diante do conflito, transformando a dor coletiva em enunciação crítica. Ao romper com uma religiosidade passiva e expor a insuficiência de explicações transcendentais frente à violência histórica, seu gesto desloca a fé da resignação para a contestação, inscrevendo a escrita como espaço de elaboração do trauma e denúncia da desumanização produzida pelo colonialismo e pelo conflito armado.

O irmão da militante, Roberto António Víctor Francisco de Almeida, destacou-se como dirigente do MPLA, presidente da Assembleia Nacional de Angola e preservador da memória da guerrilha por meio de obras como *Diário de um exílio sem regresso* (2003b) e *Cartas de Langidila* (2003a). Deolinda transcende sua militância armada, sendo reconhecida como uma das “Mães da Pátria” e símbolo da resistência feminina, inspirando gerações na construção do Estado angolano e na luta por igualdade de gênero e justiça social.

Segundo Limbania Jimenez, desde a infância Deolinda Rodrigues expressava indignação diante da miséria e opressão no planalto central de Angola, região marcada pela exploração colonial, especialmente pelas companhias algodoeiras (Jimenez, 2003, p. 19). Essa vivência articula sua formação subjetiva à violência estrutural, singularizando seu caráter rebelde e inserindo-a na memória coletiva de um território “cenário de revoltas populares”, conforme seu próprio testemunho.

A relação entre experiência pessoal e contexto histórico evidencia que o colonialismo português, apesar do sofrimento imposto, gerou formas de insurgência. Empresas como a Companhia Geral dos Algodões de Angola (Cotonang) exemplificam o trabalho forçado brutal (Pélissier, 1978; Castro Henriques, 2019). Nesse cenário, a infância de Rodrigues, marcada por desigualdades, estimulou uma consciência crítica, e sua escrita de si rompe estereótipos de passividade infantil, revelando uma subjetividade insurgente moldada pela opressão e resistência cotidiana.

Nas palavras de Jacinto Fortunado,¹ a angolana

[...], rompeu com os preceitos conservadores da sociedade colonial que reservavam à mulher um papel secundário e submisso e fez da luta de libertação – pelo pragmatismo da guerrilha – o caminho mais justo para se atingir a total emancipação dos angolanos do servilismo e das oportunidades desiguais.

[...]

É pedagógico lembrar seu exemplo às gerações vindouras e dar a conhecer ao mundo o perfil de uma lutadora que deu a sua vida à causa da nossa luta de libertação. Morreu precocemente, mas venceram os princípios nacionalistas por que se bateu. Valeu a pena, indomável Deolinda (Fortunato, 2003, p.17-18).

Fortunato destaca a angolana como símbolo de ruptura e coragem, ao desafiar os papéis tradicionais femininos na sociedade colonial e incorporar o ideal de igualdade na prática da guerrilha. Sua vida e morte exemplificam dedicação à libertação de Angola, reafirmando que justiça, igualdade e nacionalismo prevaleceram apesar do sacrifício pessoal.

Bell hooks (1994) ressalta que a educação política dos oprimidos emerge da observação da violência cotidiana e da transmissão oral da resistência. Embora não cite Rodrigues, suas ideias elucidam como a percepção da injustiça motiva a ação política, manifestada nela por um profundo sentimento patriótico.

A militância de Rodrigues não é ato isolado, mas fruto de uma formação subjetiva enraizada na experiência da violência colonial. Sua insurgência emerge da memória do corpo, da terra e da comunidade, configurando-a como intelectual orgânica gramsciana, cuja prática política e pensamento derivam do cotidiano e das condições materiais de seu povo, conferindo à sua trajetória dimensão histórica e social (Gramsci, 2000).

Na juventude, ela estudou sociologia no Bennett College, nos Estados Unidos da América (EUA), e posteriormente no Brasil, aproximando-se das ideias dos movimentos pelos direitos civis e do pensamento anticolonial africano, o que fortaleceu seu engajamento político. Atuou ainda como correspondente da revista *O Cruzeiro Internacional*, publicando críticas ao colonialismo e defendendo a autodeterminação dos povos africanos.

¹ Jacinto Fortunato aparece como uma das pessoas mencionadas por Roberto de Almeida como guardião das cartas de Deolinda Rodrigues durante o período em que ela esteve no Brasil — a quem ela se dirigia como Kanhamena, conforme relato familiar. Ele é um amigo e irmão de luta a quem muitas cartas foram dirigidas.

De volta à África, destacou-se no MPLA como dirigente do setor feminino e militante ativa na guerrilha, participando da fundação da Organização da Mulher de Angola (OMA) e adotando o nome de guerra Langidila, símbolo de sua dedicação à causa revolucionária. Desempenhou funções de logística, comunicação e formação política na Frente Leste, uma das regiões mais violentas da luta armada.

Em 1967, foi capturada por forças da FNLA, movimento rival do MPLA, e, junto a Irene Cohen, Engrácia dos Santos, Teresa Afonso e Lucrecia Paim, foi torturada e assassinada. Seu corpo nunca foi encontrado; tinha apenas 28 anos.

Além de combatente, ela deixou legado literário significativo em cartas, diários e cadernos pessoais, refletindo sobre a condição da mulher negra, o sofrimento colonial, as tensões internas do movimento e sua experiência como militante e cristã. Esses escritos, reunidos em *Cartas de Langidila e outros documentos* (2003a) e *Diário de um exílio sem regresso* (2003b), editados postumamente, constituem fontes essenciais da literatura e memória da luta angolana.

A memória de Deolinda Rodrigues foi recuperada nas décadas seguintes como símbolo de resistência e coragem, sendo reconhecida não apenas como heroína da independência de Angola, mas também como uma das vozes mais significativas da escrita autobiográfica feminina em contextos de guerra e colonialismo.

O resgate efetuado pelo afeto

Os escritos da angolana — seu diário e cartas — são utilizados por pesquisadoras como Ana Mafalda Leite (2010), Isabel Castro Henriques (2019) e Smith e Watson (2010) como documentos essenciais para refletir sobre a autobiografia feminina negra em contextos coloniais e de guerra. Esses textos não registram apenas eventos históricos, mas também constroem uma subjetividade insurgente marcada pelo exílio, militância e crítica às estruturas coloniais e patriarcais.

O resgate e preservação desses textos devem-se ao trabalho cuidadoso e dedicado de seu irmão, Roberto de Almeida, que reconheceu o valor histórico, político e literário da obra da militante. Segundo Almeida, “[...] durante a minha primeira deslocação à República Popular do Congo, em Junho de 1974, me veio parar às mãos o diário de uma combatente angolana que, por sinal, foi minha irmã” (Almeida, 2003b, p. 21). Na introdução ao livro que reúne esses documentos, ele destaca a importância desse legado,

[e]ram páginas de um realismo sem peias, no qual sobressaem a sua forte personalidade e o seu carácter profundamente humano, Deolinda Rodrigues narra a difícil vida no exílio, o dia-a-dia de uma organização como o

MPLA, no qual militam camaradas de todas as origens, de todas as convicções políticas, de todas as condições culturais e sociais, com todas as suas contradições, os seus defeitos e suas virtudes (Almeida, 2003b, p. 21).

O trecho da introdução de *Diário de um exílio sem regresso* (2003b) destaca o compromisso da angolana com um realismo sem idealizações, revelando a franqueza com que retrata sua experiência pessoal e as complexidades da militância no MPLA.

A escrita não romantizada da luta de libertação não oculta as tensões internas do movimento, inclusive no que se refere à posição social da mulher. Deolinda não hesitava em registrar conflitos, como quando “refutei a necessidade de ‘cozinheiras’ num MPLA revolucionário” (Rodrigues, 2003b, p. 140) e sofreu represálias por isso.

Narrada a partir do exílio e da militância, sua obra revela lucidez crítica, expondo medos, inseguranças, alegrias e tristezas do processo revolucionário. O cotidiano relatado evidencia contradições, frustrações e diferenças ideológicas entre militantes, coexistindo com o compromisso pela emancipação de Angola. Sua decepção com o elitismo de alguns líderes é clara: “Há aqueles que fazem facilmente a «revolução» porque nunca lhes faltam os bifés [...] Não é por esta elite que faz revolução de barriga cheia” (Rodrigues, 2003b, p. 59). Ela chega a questionar a capacidade da liderança máxima: “Angola não tem ainda actualmente o dirigente necessário. [...] O Neto é muito influenciado pelas teorias chamadas «avançadas»” (Rodrigues, 2003b, p. 99).

Essa sinceridade confere densidade humana e ética ao testemunho, mostrando a complexidade da resistência e a tensão entre esperança e adversidade na vida da escritora.

Almeida declara que, no diário

[...] notam-se interrupções por certo determinadas pelos imprevistos da vida dos “maquis”. O próprio diário termina de repente, como voz que se afoga na garganta em plena acção e como ave atingida que sucumbe em pleno voo.

Mas a de Langidila é uma voz que não se extingue com nenhuma morte. Essa voz incômoda, essa voz sem medo, sempre pronta a defender com frontalidade e paixão toda a verdade, essa voz fala muito alto, para além das folhas de um simples diário de campanha (Almeida, 2003b, p. 22).

A fragmentação do diário, marcada por interrupções e um fim abrupto, reflete os limites materiais e simbólicos de uma escrita em contextos de guerra e exílio. Longe de ser uma falha formal, revela as condições precárias da luta armada vivida por uma mulher, cuja experiência foi atravessada por tensões internas de gênero, classe e ideologia no seio da revolução.



A metáfora da voz que “se afoga na garganta” como uma “ave atingida em pleno voo” delinea a interrupção da escrita pela repressão colonial, cujo sistema, embora não tenha sido o executor direto de sua morte, que foi atribuída ao FNLA, provavelmente, em 1967, fomentou as cisões internas que resultaram em sua execução. Ainda assim, sua força “não se extingue com nenhuma morte”, reafirmando o legado ético e político de sua escrita, que transcende o diário e resiste ao silenciamento.

Ana Mafalda Leite (2010) interpreta o diário de Deolinda como espaço de resistência e construção de uma subjetividade. Para a autora, o inacabamento da escrita não a fragiliza, mas reforça sua força testemunhal ao articular consciência crítica diante da opressão colonial, do exílio e das desigualdades de gênero.

A “voz incômoda” de Rodrigues inscreve-a na tradição de autobiografias femininas negras que enfrentam o colonialismo e as hierarquias nos próprios movimentos de libertação. Castro Henriques (2019) mostra que, ao recusar o silenciamento no MPLA e denunciar machismo e incoerências ideológicas, ela adota uma postura que rompe consensos e exige escuta ativa, traço recorrente em outras resistências.

A voz de Langidila ultrapassa o âmbito do diário pessoal, afirmando-se como narrativa histórica, ato político e expressão literária de uma subjetividade que resiste ao apagamento e permanece viva nas lutas atuais. Essa escrita revela uma personalidade forte e sensível, marcada por firmeza e consciência histórica. Atenta aos dilemas éticos da luta, à opressão de gênero e ao exílio, ela articula crítica e intimismo em uma enunciação que, como aponta Ana Mafalda Leite (2010), resiste.

A mediação editorial, ao preservar sua agência, reforça a potência analítica e estética de um discurso que tensiona os limites entre memória pessoal e coletiva, consagrando-se como expressão da memória de mulheres negras na luta anticolonial.

O gesto de curadoria de Roberto de Almeida alinha-se à perspectiva de bell hooks (2019), ao transformar a escrita de Deolinda em ato de resistência e construção de uma memória insurgente. Ao dar força à voz feminina negra, desafia silenciamentos históricos e reposiciona essa palavra como central na reflexão e na ação política sobre a luta de libertação em Angola.

Entre a intimidade e a Revolução: o diário de Deolinda Rodrigues

O diário de Deolinda Rodrigues, escrito entre setembro de 1956 e março de 1967, revela uma das figuras mais emblemáticas do MPLA e da OMA, atravessando o período de consolidação dos movimentos de independência africanos sob a repressão colonial. No prefácio que escreveu para a obra de Rodrigues (2003a), Pinto de Andrade observa que, apesar de progressista, o nacionalismo angolano ainda reproduzia estruturas patriarcais, confinando o protagonismo feminino às retaguardas da luta, reflexo dos valores enraizados nas instituições políticas e sociais do país.



Ao registrar sua experiência, Rodrigues evidencia o duplo desafio das mulheres militantes: combater o sistema colonial e enfrentar a exclusão imposta pela ordem de gênero, que as subordinava mesmo nos espaços de resistência. Essa resistência interna, característica das lutas femininas africanas, é destacada por Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (1997), que aponta a ausência dessa emancipação como prioridade nos projetos nacionais desses contextos.

O diário de Deolinda transcende o âmbito íntimo, funcionando como testemunho histórico-político que denuncia tanto a violência colonial portuguesa quanto as contradições de um nacionalismo que limitava a liberdade feminina. Ao ingressar no movimento, rompendo com o confinamento doméstico, ela se consolida como sujeito ativo e agente histórico. Conforme bell hooks (2019), narrar-se sob as marcações de gênero e raça é um ato crucial de resistência à opressão.

Na entrada de 9 de setembro de 1956, Deolinda antecipa debates que só mais tarde seriam centrais no feminismo africano: a articulação entre libertação nacional e justiça de gênero. Sua militância, marcada por consciência crítica das hierarquias associadas às mulheres, exemplifica a “descolonização das categorias de diferenciação sexual” proposta por Oyěwùmí (1997), processo essencial para a reconstrução das sociedades pós-coloniais do continente negro.

Nas palavras de Deolinda:

9 de setembro

O Bigorna² trouxe para casa o Belarmino³, que me fez perguntas. Parece que me aceitaram no movimento nacionalista, embora o Sr. Benje⁴ e outros velhos estejam com receio por eu ser mulher (Rodrigues, 2003b, p. 39).

Essa entrada marca a complexa inserção de Deolinda no movimento de libertação angolano, evidenciando a tensão entre seu engajamento político e as estruturas patriarcais presentes mesmo em grupos progressistas. No contexto do rígido domínio colonial e da formação do MPLA, a presença feminina era rara e frequentemente deslegitimada, refletindo um ambiente no qual o lugar da mulher permanecia confinado à domesticidade, mesmo diante de discursos emancipatórios.

2 Bigorna – Alcinha de Noé da Silva Saúde. Essas notas fazem parte do livro Deolinda Rodrigues *Diário de um exílio sem Regresso* (2003a).

3 Belarmino – Ou simplesmente “Mino”. Nome de Belarmino de Sabugosa Van-Dúnem. Essas notas fazem parte do livro Deolinda Rodrigues *Diário de um exílio sem Regresso* (2003b).

4 Benje – Trata-se de António Pedro Benje, como Bigorna e Belarmino, todos integrantes do “Processo dos 50”. Essas notas fazem parte do livro Deolinda Rodrigues *Diário de um exílio sem Regresso* (2003a).

Deolinda Rodrigues desafia o imaginário patriarcal ao conquistar espaço no movimento, apesar da resistência que enfrentava. Seu diário denuncia não só o colonialismo português, mas também as contradições internas de um nacionalismo que, por vezes, reproduzia exclusões. Referências a personagens como Bigorna e Belarmino ilustram o clima de clandestinidade e repressão. A vigilância era asfixiante: “A radiopatrulha: seguiu-me do Figueira [...] Que dor de barriga! Entrei pela porta do quintal e escondi tudo na retrete” (2003b, p. 30), enquanto sua insegurança revela a luta dupla contra o colonialismo e o sexismo. Assim, ela antecipa reflexões centrais ao feminismo africano: a conexão entre libertação nacional e emancipação.

Correspondência de Langidila: memória, gênero e resistência em tempos da luta

Além do diário, as *Cartas de Langidila* ampliam o alcance político e afetivo da escrita de Deolinda Rodrigues. Produzidas em diferentes momentos de sua trajetória, transitam entre confissões íntimas, análises conjunturais e interpelações aos companheiros de luta. Escritas em meio ao exílio, clandestinidade e militância, revelam dilemas éticos, conflitos ideológicos e contradições internas vivenciadas por uma mulher negra que reivindicou seu espaço em um ambiente político dominado por homens, expressando dúvidas, medos, afetos e esperanças com profunda humanidade.

Em um texto introdutório, intitulado “A abrir”, Roberto Almeida declara que o livro

[...] tem por objetivo dar a conhecer um pouco de sua personalidade, em todas as suas facetas, ao mesmo tempo que fica retratada o momento histórico vivido.

Pode assim considera-se este livro um complemento necessário naturalmente com carácter menos intimista, mas onde Langidila deixa igualmente bem expressa sua marca, a vivacidade da sua inteligência, a entrega altruísta, o seu entranhado amor à causa angolana (Almeida, 2003a, p.13).

Algumas cartas foram escritas, originalmente, em kimbundo, língua materna da angolana, e traduzidas para o português por seu irmão Roberto Almeida. Essa versão ampliou o acesso ao público e preservou a riqueza cultural e política dos documentos. O nome de guerra Langidila simboliza a identidade de resistência e a força feminina da militância de Deolinda. Segundo Almeida (2003a, p. 13), a publicação complementa a compreensão da sua subjetividade e engajamento político, revelando aspectos que os diários, mais pessoais, não abarcam. O carácter menos intimista das cartas evidencia a tensão entre o privado e o público, mostrando as epístolas como instrumento estratégico para



articular redes políticas e afetivas em contexto de clandestinidade e exílio. A comunicação era difícil, pois “os jornais portugueses ‘democratas’ disseram que a Pide montou nos correios em Luanda uma secção para censurar a correspondência” (Rodrigues, 2003a, p. 68).

As cartas revelam a vivacidade intelectual e o engajamento de Deolinda Rodrigues, forjando uma identidade que articula luta anticolonial, gênero e memória. Ao fazê-lo, ampliam o horizonte documental da resistência angolana e afirmam a escrita das mulheres militantes como prática decisiva de resistência política e preservação histórica.

As *Cartas de Langidila* transcendem o registro do percurso ideológico da militante ao inscrever a expressão íntima como gesto de denúncia e emancipação. Nesse processo, a autora afirma-se como agente da memória coletiva e amplia, sob uma perspectiva interseccional, os horizontes do pensamento cívico africano.

Deolinda Rodrigues e a escrita insurgente do corpo

A produção textual de Deolinda Rodrigues, reunida em *Cartas de Langidila e outros documentos* (2003a) e *Diário de um exílio sem regresso* (2003b), inscreve-se na produção literária e memorialística de mulheres africanas atravessadas pelas violências do colonialismo e do patriarcado. Forjada em contextos de extrema precariedade, essa escrita dialoga com a necropolítica colonial descrita por Mbembe (2018), na qual o poder administra a vida e a morte. A fome e a exposição permanente ao extermínio — “Como a fome desclassifica” (Rodrigues, 2003b, p. 183) — atravessam seus registros, em que a rotina é vivida como “uma verdadeira corrida contra a morte” (Rodrigues, 2003b, p. 207). Nesse horizonte de aniquilamento, a palavra escrita converte a vulnerabilidade em gesto radical de resistência, transformando o trauma em denúncia e a experiência-limite em potência de memória e enunciação política, mesmo diante da brutalidade do fim: “A morte é tão besta, tão cruel, tão merda!” (Rodrigues, 2003b, p. 115).

Smith e Watson (2010) compreendem a escrita de si como prática discursiva e política situada, que excede o âmbito individual ao inscrever a autorrepresentação em redes de poder, ideologia e desejo. Nesse sentido, as narrativas de vida constituem estratégias políticas, uma vez que escrever a si mesmo implica sempre um posicionamento histórico e social (Smith; Watson, 2010, p. 33).

Essa escrita de subjetividade, a partir de Smith e Watson (2010), configura-se como espaço de resistência para sujeitos marginalizados, ao afirmar agência e tensionar narrativas hegemônicas produtoras de silenciamentos. Nesse horizonte, a obra de Deolinda Rodrigues, especialmente nas *Cartas de Langidila* e no diário, intervém criticamente nas memórias oficiais ao confrontar a exclusão das mulheres negras da historiografia anticolonial.

Ainda sob a perspectiva das pesquisadoras, tal estratégia discursiva constitui uma performance subjetiva situada, construída em diálogo com contextos e públicos, e não a



expressão de uma essência estável. Nos textos utilizados para reflexão, essa performance elabora um “eu” múltiplo e interseccional — africana, militante, cristã, exilada e intelectual — que se posiciona criticamente diante dos processos históricos, sociais e políticos que atravessam sua experiência.

Outro eixo das práticas de autoenunciação é a centralidade do corpo, sobretudo na escrita feminina, onde dor, experiência e memória se articulam como resistência. O corpo exaurido pela guerrilha e pela doença — “Doem-me as costas e sinto-me bastante cansada” (Rodrigues, 2003b, p. 82); “Acordei outra vez inflamada da cabeça aos pés” (Rodrigues, 2003b, p. 199) — torna-se corpo escrito e político, denunciando as violências colonial, racial e patriarcal e afirmando-se como testemunho e gesto insurgente.

Sabe-se que diários e cartas não constituem registros neutros, mas formas complexas de autoria, atravessadas por convenções culturais e intencionalidade discursiva, conforme apontam Smith e Watson (2010). No caso de Deolinda Rodrigues, suas epístolas íntimas assumem caráter profundamente político, ao dialogar com o presente militante e projetar sua voz para além do tempo imediato, interpelando também leitores futuros.

Os textos analisados configuram a escrita de si como prática de resistência e afirmação política, mobilizando identidade e corporeidade para subverter estruturas de poder que produzem a invisibilização. Ao ultrapassar o âmbito do testemunho pessoal, sua produção institui um espaço simbólico de reescrita da história e de reconstrução da memória de sujeitos historicamente marginalizados.

Conforme afirma bell hooks

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de ‘erguer a voz’, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (hooks, 2019, p.38-39).

A citação aponta a produção de identidade literária de Rodrigues como gesto radical de subjetivação e resistência política. Por meio de cartas e diários, ela rompe o silêncio imposto pela colonialidade e pelo patriarcado, afirmando-se como sujeito histórico e desafiando a invisibilização das mulheres negras nas lutas anticoloniais, inclusive frente às hierarquias machistas internas aos movimentos de libertação.

Esses registros ultrapassam a exposição íntima ao se afirmarem como ação política e gesto de elaboração coletiva da experiência, inscrevendo-a como sujeito que recusa a objetificação colonial. Em consonância com bell hooks (2019), o texto da escritora angolana assume a voz como prática de liberdade, ao denunciar opressões externas e internas e projetar um



horizonte no qual mulheres negras ocupem lugar central nas transformações sociais. Assim, sua palavra opera como registro, instrumento de enfrentamento e legado ético-político.

As cartas e o diário constituem ações de insubmissão que dão visibilidade à experiência de uma angolana inserida na luta política e atravessada por suas contradições internas. Ao registrar o vivido, esses escritos enfrentam as violências do colonialismo, do racismo e das tensões do próprio movimento revolucionário, afirmando que o testemunho, longe de ser mero documento, opera como criação estética e prática política de reexistência.

A escrita de Deolinda Rodrigues pode ser aproximada da *écriture féminine* de Hélène Cixous (1996), ao afirmar a necessidade de uma inscrição corporal, afetiva e subversiva das estruturas patriarcais na escrita das mulheres. Embora situada fora do feminismo europeu, sua produção desloca o discurso ao inscrever o corpo feminino como centro enunciativo de uma experiência histórica atravessada por opressões colonial, racial, patriarcal e epistemológica, recuperando, pela palavra, uma voz historicamente silenciada.

Uma produção que pode ser lida à luz do feminismo negro latino-americano e afro-brasileiro, especialmente das reflexões de Lélia Gonzalez (2020), ao evidenciar a articulação entre racismo e sexismo e a resistência cotidiana das mulheres negras pela palavra (Gonzalez, 2020). Ao subverter códigos coloniais e patriarcais, sua escrita fragmentada e afetiva configura um gesto político insurgente que tensiona normas discursivas hegemônicas, em consonância com Cixous (1996), e desafia os arquivos oficiais ao inscrever no centro da história uma subjetividade feminina negra que resiste ao apagamento.

As *Cartas de Langidila* evidenciam a participação ativa da angolana na luta armada e a denúncia do machismo estrutural no interior do movimento revolucionário (Rodrigues, 2003a). Ao expor a interseção entre colonialismo e patriarcado — incluindo hierarquias de gênero vinculadas a tradições kimbundu — sua produção textual antecipa um feminismo decolonial, ressignificando a metáfora da mulher como “mãe, irmã, África”. Ao narrar-se como mulher negra revolucionária, afirma modos insurgentes de existência e consolida, conforme Chaves (2005), a literatura africana de autoria feminina como espaço de contestação e resistência.

Considerações Finais

A escrita é uma articulação entre a experiência pessoal, o engajamento político e dimensão estética como gesto de resistência ao colonialismo, ao racismo e ao patriarcado. Ao documentar a militância no MPLA, tais textos reivindicam um lugar de autoria histórica feminina e, ao tensionar as fronteiras entre íntimo e público, documento e literatura, inscrevem corpo, memória e política como eixos de uma subjetividade insurgente.

A análise evidencia como Deolinda Rodrigues converte o testemunho pessoal em prática discursiva e política, reconfigurando a vulnerabilidade como forma de resistência. Em contextos de exílio, clandestinidade e guerra, sua escrita articula afeto, fé, crítica e

desejo como gestos insurgentes, reafirmando, pela recusa ao silenciamento, a centralidade das femininas na história de Angola.

A leitura crítica de sua obra tensiona narrativas historiográficas e literárias hegemônicas, contribuindo para a construção de uma memória nacional plural e interseccional. Ao articular teoria, afeto, estética e ação, a intelectual afirma-se como referência pioneira da escrita epistolar e autobiográfica feminina africana, na qual a palavra opera como instrumento de emancipação e legado ético-político, convocando à escuta das vozes silenciadas e à redefinição dos paradigmas de representação.

Reconhecer a relevância da obra dessa militante nos estudos pós-coloniais e de gênero reafirma o valor das narrativas de mulheres negras na reescrita da história a partir das margens. Seus escritos configuram a palavra como prática de resistência e liberdade, ao romper com modelos literários e historiográficos hegemônicos e afirmar-se como documentos estético-políticos que inscrevem uma subjetividade insurgente, capaz de denunciar, narrar e projetar futuros em meio à violência colonial.

Ao articular subjetividade e militância, a angolana constitui um corpo-escrita que enfrenta o apagamento produzido pelo colonialismo, pelo racismo e pelo sexismo, reafirmando a centralidade das margens no debate crítico. Sua produção inscreve a experiência vivida como força literária de resistência, tensionando memória, afeto e política. Tal gesto se condensa no encerramento do diário, em que esperança e ruptura se entrelaçam: “Temos milho seco e jinguba para aguentar. Quando nos livrarmos de tudo isto, Mamãe! Tudo parecia já tão bem e de repente, bumba: Kamuna!” (Rodrigues, 2003b, p. 211).

Entre cartas e silêncios, a escrita de Deolinda Rodrigues permanece como gesto de vigília. Nela, o íntimo não se recolhe, antes se abre em denúncia; a palavra, frágil e firme, sustenta a memória na qual a história tentou impor o esquecimento. Sua prosa não busca conciliação, mas presença: inscreve o corpo, o afeto e a luta como matéria de resistência, afirmando que narrar é também permanecer — contra a violência, contra o apagamento, contra toda forma de silêncio imposto.



Referências

ALMEIDA, Roberto. Intróito. *In*: RODRIGUES, Deolinda. **Cartas de Langidila e outros documentos**. Organização de Mário Pinto de Andrade. Lisboa: Edições Colibri, 2003a.

ALMEIDA, Roberto. Introdução. *In*: RODRIGUES, Deolinda. **Diário de um exílio sem regresso**. Organização de Irene Guerra Marques e Maria Luísa Lima da Silva. Lisboa: Edições Colibri, 2003b.

BIRMINGHAM, David. **Independence and Revolution in Angola**. London: Zed Books, 2002.

CASTRO HENRIQUES, Isabel. **Mulheres de Armas**: a participação feminina na luta de libertação de Angola. Lisboa: Edições Colibri, 2019.

CHAVES, Rita. **Literaturas africanas de língua portuguesa**: percursos da memória e do desejo. São Paulo: EDUSP, 2005.

CIXOUS, Hélène. **O riso da Medusa e outros ensaios feministas**. Tradução de Claudia Schilling. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1996.

FORTUNATO, Jacinto. Deolinda Rodrigues: o perfil de uma lutadora indomável. *In*: RODRIGUES, Deolinda. **Diário de um exílio sem regresso**. Organização de Irene Guerra Marques e Maria Luísa Lima da Silva. Lisboa: Edições Colibri, 2003b.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JIMENEZ, Limbania. Quem foi Deolinda Rodrigues. *In*: RODRIGUES, Deolinda. **Cartas de Langidila e outros documentos**. Organização de Mário Pinto de Andrade. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

HEYWOOD, Linda M.; DRAKE, Sthembile. **The Handbook of African Women's History**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Teaching to Transgress**: Education as the Practice of Freedom. New York: Routledge, 1994.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas africanas e formulações pós-coloniais**. Lisboa: Colibri, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.



OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PÉLISSIER, René. **História das campanhas de Angola**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

PEREIRA, Ana. Gênero, guerra e poder em Angola: a militância de Deolinda Rodrigues. **Revista Estudos Africanos**, v. 5, n. 2, p. 45-62, 2013.

RODRIGUES, Deolinda. **Cartas de Langidila e outros documentos**. Organização de Mário Pinto de Andrade. Lisboa: Edições Colibri, 2003a.

RODRIGUES, Deolinda. **Diário de um exílio sem regresso**. Organização de Irene Guerra Marques e Maria Luísa Lima da Silva. Lisboa: Edições Colibri, 2003b.

SELLSTRÖM, Tor. **Women and Guerrilla Movements**. London: Zed Books, 2000.

SMITH, Sidonie; WATSON, Julia. **Reading Autobiography: A Guide for Interpreting Life Narratives**. 2. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

